

MÁRIO DE ANDRADE E O ÓCIO PRODUTIVO

Adna Candido de Paula*

RESUMO: Em 2008, a obra *Macunaíma* completou 80 anos de publicação, o que motivou a produção de textos em comemoração à data e à importância desse livro em algumas universidades brasileiras. Este artigo apresenta algumas considerações acerca de um dos elementos fortes dessa rapsódia – a preguiça. Mário de Andrade propõe a noção de ócio produtivo na figura do “herói sem nenhum caráter” e em seu estudo particular sobre a preguiça criativa, o artigo “A Divina Preguiça”. Além do artigo e do livro, também a poesia marioandradina incorpora a concepção estética da preguiça.

Palavras-chave: Mário de Andrade; *Macunaíma*; Ócio Produtivo.

ABSTRACT: In 2008, the masterpiece *Macunaíma* completed 80 years of its first edition, motivating the production of some texts in order to commemorate the date and the importance of this book in some Brazilian universities. This article presents some considerations about one of the strongest elements of this rhapsody - the laziness. Mário de Andrade proposes the concept of productive leisure in the figure of the hero “with no character” and in his particular study on the creative laziness, the article called “The Divine laziness”. Beside the article and the book, his poetry incorporates the aesthetics conception of laziness.

Key-words: Mário de Andrade; *Macunaíma*; Productive leisure.

Quando em 1928, Mário de Andrade publicou *Macunaíma* – o herói sem nenhum caráter¹, o escritor já era um poeta renomado; participou ativamente como um dos líderes do movimento de renovação da literatura brasileira, fomentou e organizou a Semana de Arte Moderna, que ocorreu em fevereiro de 1922. Como poeta, Mário de Andrade já inspirava os críticos com suas obras; uma parte considerável deles era de detratores e a outra parte, a dos admiradores, era composta, em sua maioria, por amigos do escritor.

Verdade seja dita, pouca gente entendeu ou entende a obra de Mário de Andrade, mas a explicação para essa incompreensão é simples – ele era um homem além do seu tempo, possuía uma visão futurista e madura, sedimentada em uma formação autodidata complexa. Os críticos “amigos”, mesmo que não entendessem suas obras,

* Doutora e pós-doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Adjunta I na Universidade Federal da Grande Dourados, atuando nas áreas de Teoria Literária, Crítica Literária e Literatura e Filosofia. Autora e coordenadora do projeto de pesquisa “Teoria Literária em Foco: uma investigação epistemológica dos processos hermenêuticos”.

¹ ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 30. ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Villa Rica, 1997.

sabiam reconhecer ali algo superior às suas capacidades analíticas e críticas, e, por não saberem bem precisar esse “algo”, diziam “como é genial esse Mário”. Os maledicentes, ignorantes, inclusive, de suas próprias limitações diziam “trata-se de um louco”. Em verdade, tratava-se de um artista, de um desajustado, de um *ganche* como tantos poetas geniais o foram, como Charles Baudelaire, Walt Whitman e Fernando Pessoa. Como bem afirmou Ortega y Gasset, os que não gostam das obras de arte modernas, e aí se inclui a literatura, não as apreciam porque não as entendem.

Mário de Andrade colecionou mais de duzentos recortes de jornais das críticas que suas obras receberam; dedicou-se a responder algumas delas nas margens desses recortes, material que pode ser conferido no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. De toda a sua produção literária a obra que lhe fez mais sofrer, segundo as palavras do próprio escritor em carta ao seu grande amigo Manuel Bandeira, foi *Macunaíma*, pois foi a obra menos compreendida e sobre a qual mais se produziu críticas. Manuel Bandeira confessa que apesar de ter apreciado muito o livro, reconhece que ele exige um leitor acima da média. Em carta de 26 de agosto de 1930 ele afirma: “A linguagem de *Macunaíma* é difícil para mim, para o Prudentinho [Prudente de Moraes Neto], para o Rodrigo [Rodrigo Melo Franco de Andrade]... Que não será para o comum dos brasileiros?”². A linguagem dessa obra mistura cerca de quinhentas palavras tupis, mais linguagem oral, informal, com termos de uma ilustríssima retórica portuguesa, como é a linguagem da “Carta pràs Icamiabas”.

Macunaíma, essa obra surpreendente, apresenta um alto grau de complexidade estrutural que justifica o fato de ser ela, ainda hoje, objeto de pesquisa de dissertações e teses nas universidades brasileiras. Muito já se falou a seu respeito e muito ainda há para ser dito. Três elementos constituintes dessa obra fomentam uma diversidade de estudos, sendo o primeiro deles, a linguagem. Era do conhecimento de muitos, e Mário de Andrade jamais negou, que seu romance foi mais do que inspirado no livro do alemão Theodor Koch Grümberg, publicado em 1926, que continha narrativas sobre os índios Pemón. Essas narrativas relatam os mitos e as lendas dos índios Taulipang e Arekuná. Ao somar elementos fundamentais – a idéia de narrar uma epopéia, a história do povo brasileiro, mais a utilização dos mitos, lendas e do folclore, mesmo que “emprestados” –, tem-se a fórmula ideal para mitificar a origem de uma civilização. Outrossim, ao se tratar de mitos, de um imaginário mágico, tem-se a liberdade de tudo dizer, de considerar que tudo é possível e passível de ser dito.

É óbvio que Mário de Andrade foi além da simples adaptação do livro *Von Roraima zum Orinico*; ele inovou de tal forma a linguagem que se tornou ela o objeto principal da crítica. Dentre as críticas positivas, temos as que valorizaram o trabalho com a linguagem e a consideraram digna de retratar o “brasileiro falado”, como foi o caso de Nunes Pereira: “Pela primeira vez, com espanto e despeito dos lexicógrafos, dos gramáticos e dos folcloristas, um escritor destes esquisitos põe de parte a língua

² ANDRADE, Mário de. *Correspondência Mario de Andrade e Manuel Bandeira*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 460.

de Camões, de Laudelino e de Aloísio, para nos contar no brasileiro falado, a infâmia, os amores, as lutas, as mentiras, as fantasias, as lendas de um Herói da nossa tribo ‘preto retinto, filho do medo da noite’³. Vale recordar que, mesmo antes de 1922, um dos ideais dos modernistas era a construção da identidade brasileira, que só poderia se manifestar em uma língua liberta das amarras da língua dos colonizadores, no que foram muito combatidos na época.

Outro elemento que ganhou notoriedade e gerou polêmica foi o capítulo “Carta Pràs Icamiabas”, por conta do choque entre linguagens que ela encerra. Manuel Bandeira, em outubro de 1927, ao ler o manuscrito da obra, afirma considerar “francamente ruim” a epístola às amazonas. Segundo ele, o vernáculo empregado pelo amigo nessa carta era despropositado visto que Macunaíma em nenhum momento anterior ou posterior à carta utilizou aquele tipo de retórica no estilo “Laudelino Freire”. Mário de Andrade apresenta sua defesa no mesmo dia justificando as intenções que o levaram a redigir a “Carta pràs Icamiabas”: “Macunaíma como todo brasileiro que sabe um pouquinho mais, vira pedantíssimo”. Além da caracterização do conhecimento de verniz, o fundamento último da carta é o pedido de dinheiro. Macunaíma, como Imperador do Mato Virgem, título que conquistou ao conseguir enfim, com a ajuda dos irmãos, brincar com Ci, Mãe do Mato, precisava convencer as amazonas a lhe enviar dinheiro. Segundo Mário de Andrade, ao retratar Macunaíma escrevendo daquela forma pretensiosa e irritante, ele estava reproduzindo o comportamento de brasileiros que vivem no exterior e que pedem dinheiro para os patrícios sorrateiramente. Se essa prática era exclusivamente brasileira, isso não importava ao escritor, o relevante era que esse comportamento era bem “brasileiro”, ao menos, na época.

O que importava para Mário de Andrade era a relevância da representação literária da falta de caráter que passa pelo processo de caracterização do que é particular. Segundo o escritor, a única possibilidade do povo brasileiro se inscrever no universal da história e das tradições era dando real atenção e relevo para aquilo que lhe era peculiar, o que o determina no âmbito restrito.

Ainda com relação à questão do particular como possibilidade de inserção no universal, temos um último elemento de destaque que suscitou muitas críticas e ainda instiga trabalhos acadêmicos, o subtítulo da obra: “o herói sem nenhum caráter”. A primeira atitude do leitor, ao se deparar com a sensualidade do herói Macunaíma, é atribuir ao sintagma “sem nenhum caráter” um valor moral. Mário de Andrade, que declarou no manuscrito do primeiro prefácio da obra que o “brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional”, afirma, em outra carta a Manuel Bandeira, que Macunaíma não tinha caráter “nem moral nem psicológico”. O importante a observar é que o subtítulo é sem dúvida provocador, incita o leitor a descobrir de qual “caráter” se trata, e o que ele observará no decorrer da

³ PEREIRA, Nunes. “A linguagem de Macunaíma”. Série Recortes – Mário de Andrade e outros escritores – Arquivo Mário de Andrade – IEB – USP.

leitura é que o caráter de Macunaíma vai se formando à medida que sua história se desenrola. Da mesma forma, os brasileiros só passariam a ter “caráter” a partir do momento que se voltassem para o que lhes era próprio observando que isso se sedimentaria, ao longo da história, como tradição.

Neste artigo, gostaria de chamar a atenção para outro elemento desse enredo não menos intrigante que os demais já citados. Lembro aqui da expressão frequentemente usada pelo herói no decorrer da narrativa: “Ai! que preguiça!...” Ela aparece onze vezes no livro em diferentes capítulos e apresenta uma relação direta com a trajetória de Macunaíma.

A preguiça já foi objeto de estudos de muitos autores – filósofos, poetas, historiadores, antropólogos e economistas. A preguiça e a ociosidade sempre foram estudadas em oposição ao trabalho. Ela é, aparentemente, algo ruim, condenável, o que pode ser observado desde o período clássico. Segundo Paul Demont, a preguiça era condenada na Grécia Antiga, como algo que conduzia o inativo à mendicância e à miséria, justamente o contrário do ideal de felicidade grega que objetivava homens livres, mestres de si mesmos. A escravidão estava para a preguiça assim como o trabalho estava para a liberdade.

Por outro lado, ao que tudo indica dos estudos realizados acerca desse comportamento, há uma equivalência de valores negativos atribuídos à preguiça tanto pelo cristianismo quanto pelo capitalismo. Se por um lado a preguiça é um dos sete pecados capitais e a marca indelével da Queda, por outro, ela está na contramão da industrialização e da modernidade, da consumação em massa e da rentabilidade econômica.

O maior teórico da preguiça foi, sem dúvida, Paul Lafargue que publicou em 1883 *O direito à preguiça*. Discípulo de Marx, Lafargue tentou restituir no tempo do trabalho a nobre inatividade. Segundo ele, os nobres selvagens, que os missionários do comércio e os comerciantes da religião não haviam ainda corrompidos, eram tratados como preguiçosos e sobre eles os ocidentais projetavam suas culpabilidades religiosas. Para Lafargue⁴, há dois tipos de preguiça, a natural e a artificial. A primeira corresponde em certo sentido ao estado original do indivíduo, puro, inocente, livre; a segunda, preguiça conquistada às expensas de outro, corresponde e reforça o sistema social capitalista. À primeira corresponde o paraíso perdido, pois desde sempre, o trabalho esteve assinalado pela queda. Antes, a terra nos dava tudo o que precisávamos e a preguiça era símbolo de harmonia entre os homens e o planeta. Em todos os mitos da criação o trabalho nasce sob o signo da luta – a luta entre o homem e seu ambiente. O perfeito discurso da modernidade capitalista casa a moralidade com a economia.

Em que sentido a expressão empregada por Macunaíma se insere nessa discussão acerca da preguiça? Naquele em que Mário de Andrade fez de seu herói, ou anti-herói como pode ser considerado, um brasileiro mítico dotando-o com a capacidade de instaurar e experimentar comportamentos únicos. Macunaíma encarna tanto a

⁴ PAQUOT, Thierry. “Paul Lafargue: défense de travailler”. In: *Magazine Littéraire*: Éloge de la paresse, Paris, n. 433, p. 44, juillet-août 2004.

preguiça natural quanto a artificial, visto que é o primeiro “brasileiro”, o primitivo, o “em-formação”, assim como se desejava ser a literatura brasileira genuína e como é a nossa sociedade heterogênea; era também o representante do sujeito perdido em uma nova sociedade em desenvolvimento, que acolhia, como podia, o avanço econômico e a novas relações industriais e comerciais herdadas do capitalismo.

A relação que o herói estabelece com a preguiça apresenta as características de cada uma das fases da trajetória de Macunaíma. Já no primeiro capítulo, no relato do nascimento do herói, sua única frase, durante os seis primeiros anos de vida que passou sem falar, era: “Ai! que preguiça!” No segundo capítulo, “Maioridade”, a mesma expressão e a atitude que lhe corresponde salvou-lhe a vida. O Currupira ensinou-lhe o caminho errado para o mocambo dos Tapanhumas, a fim de devorá-lo, mas Macunaíma, no meio do trajeto orientado pelo Currupira, expressa “Ai! que preguiça!...” e pega outra direção se safando. Nessas duas situações, a preguiça aparece como algo natural, inerente ao comportamento de Macunaíma. Já na terceira vez que o herói pronuncia a mesma expressão, a conotação está ligada a uma característica do sujeito inocente, primitivo, livre das amarras impostas pelo comportamento social determinado em sociedade. Por três vezes, no capítulo “Ci, mãe do mato”, Macunaíma diz “Ai! que preguiça!...” por conta do esforço físico despendido nas relações sexuais que manteve com Ci. O sexo ali representado não está sujeito às convenções culturais e sociais, apresenta-se como prazer adâmico. O prazer que obtenha a preguiça está ligado à ilusão de um paraíso perdido. O que não pode deixar de ser considerado aqui é o fato de ser esse o único capítulo em que a expressão – “Ai! que preguiça!...” – é repetida três vezes guardando, assim, o seu valor mítico: três, na alquimia, como valor de totalidade, de completude; três, no cristianismo, como valor da trindade sagrada.

A partir do quarto momento em que a expressão “Ai! que preguiça!...” aparece no texto, outra dimensão se instaura na narrativa, a do mundo moderno, da civilização. Nesse quarto momento, no capítulo “Piaimã”, após a transformação dos três irmãos simbolizando as três etnias formadoras do povo brasileiro, é a inserção na cidade desse sujeito primitivo que é representada. Macunaíma, diante da necessidade do trabalho como forma de sobrevivência, exclama: “Ai! que preguiça!...” O quinto momento, no capítulo “A francesa e o gigante”, em que a expressão é empregada tem-se representada a crítica à prática fetichista do colecionador. Macunaíma, em busca da muiraquitã perdida, decide que não irá colecionar pedras, algo sem sentido para ele, visto que elas eram abundantes em sua terra. Todo um mundo capitalista é representado em seus mínimos detalhes colocado sempre em contraponto ao exercício da preguiça. A preguiça não é um acessório à forma ou ao exterior da narração, ela faz parte integrante dela. Por vezes, na cidade, no mundo material, surge de relance um paraíso, como descreve Baudelaire no poema “Perfume Exótico”: “Uma ilha preguiçosa onde a natureza dê/ Árvores singulares e frutos saborosos”.

O sexto momento em que Macunaíma utiliza-se da expressão que lhe é característica é aquele do prazer do calor obtido à força da natureza. Macunaíma, “dando muitos munhecaços na barriga da bruaca”, consegue uma parcela do prazer que tinha em abundância na mata. O interessante a ser observado aí é que a trajetória de sofrimento

mento pela qual Macunaíma irá passar está diretamente relacionada às mudanças da grafia que sofrerá a expressão. Agora, não é mais “Ai! que preguiça!...”, mas sim “Ai... que preguiça”, é um arrastamento da dor, uma caracterização da entrega, do desânimo em vista dos sofrimentos impostos por essa sociedade que o herói desconhece; é o desencanto do mundo já caracterizado pelos heróis solitários do romantismo. A transformação do herói, representada na diferenciação gráfica da expressão, aparece novamente no sétimo momento em que ela é utilizada, no capítulo “Tequeteque, Chupinzão e a Injustiça dos Homens”. Neste, o poeta fica doente, contagiado pelo sarampo, e diz: “Ai! preguiça!” Entretanto, quando o herói consegue ter um novo momento de prazer, tal qual obtinha ao “brincar” com as cunhãs na mata, ao fazer sexo com a criada de Venceslau Pietro Pietra, a grafia volta a ser a original: “Ai!... que preguiça!...”, o que tem a equivalência de uma epifania, de um resgate sublime. Ainda no mesmo capítulo, “Muiraquitã”, tem-se a nona aparição do sintagma, agora, ele surge como uma artimanha que foi útil ao herói para derrotar o Piaimã. Após engolir muitas cobras, Macunaíma, cheio de raiva, olha para Piaimã e diz: “Hhhm... que preguiça!” A interjeição nesse caso, associada ao comportamento típico da personagem, tem função de introdução do ardil – Macunaíma, preguiçoso, afirma não saber balançar e pede ao Piaimã que o ensine, o que será o fim de Venceslau Pietro Pietra, que cai na armadilha do herói e morre cozido na macarronada.

As três últimas aparições da expressão dentro da narrativa marcam a decadência do herói que se descaracteriza como sujeito natural e se caracteriza como sujeito “civilizado”, socializado. No capítulo “Uraricoera”, Macunaíma volta para o mato virgem, acorda doente, com impaludismo, “a tosse viera só por causa da laringite que toda a gente carrega de São Paulo”. Nesse episódio, Macunaíma estava acompanhado do caramboleiro que virou uma princesa e, doente, recusou-se a “brincar” com ela, dessa forma: “– Ara... que preguiça...” O que equivale a dizer que aquilo que representava o resgate da natureza “primitiva” do herói, o prazer natural do sexo, já não lhe valia mais como antes, tal a sua transformação. No último capítulo – “Ursa Maior” –, por duas vezes a expressão reaparece reforçando a descaracterização de Macunaíma.

No primeiro momento, o herói, solitário e triste, estranha o silêncio da mata que ele não compreendia mais: “O silêncio principiava cochilando a beira-rio do Uraricoera. Que enfaro! E principalmente, ah!... que preguiça!...” Já, no segundo episódio, quando Macunaíma expressa “Ah... que preguiça!”, o herói, amargurado, abandonado, descaracterizado, somente encontrava ânimo ao ouvir as histórias passadas, era o orgulho das glórias de outrora que alimentava o presente. A preguiça foi antes e era no presente a chave de interpretação do herói, a marca característica de uma personalidade que se fez e se desfez.

Mário de Andrade já havia se debruçado sobre o tema da preguiça dez anos antes da publicação de *Macunaíma*. Em 03 de setembro de 1918, o autor publicou o artigo “A Divina Preguiça”, na Gazeta de São Paulo. Através da leitura desse texto é possível perceber que todo o trabalho estético realizado por Mário de Andrade em relação à preguiça estava estruturado sob um profundo conhecimento da tradição filosófica e histórica de estudos sobre a preguiça. No referido artigo, o escritor estabele-

lece a relação de desgaste e destruição, associadas ao desenvolvimento das civilizações, com a idéia generalizada de progresso. A preguiça, vista por ele como aquele estado que proporciona pequenos momentos de liberdade das pressões exteriores, é defendida nesses termos:

E eu tive como que uma visão nova do mundo: via a Terra, modorrada ao calor, redondínha, vestida de um imenso gramado esmeraldino sobre o qual a humanidade inteira se deitará, chapéus nos olhos, mãos nas cavas dos coletes, pausas pantagruélicas culminando no espaço, a dormir serenamente num gigantesco, universal convescote. (ANDRADE, 1918)

Mário de Andrade assume a preguiça como o fez Rimbaud, como fonte de inspiração artística, como luxo, diferenciada das demais manifestações da atividade humana. Nas poesias de Charles Baudelaire, por exemplo, preguiça rima com embriaguez e com carícia: “É uma droga leve que permite esperar pela beatitude, mas que permanece estéril. A poesia, ao contrário, torna fértil a indolência, transformando nossa visão do mundo (ROUDAUT, 2004, p. 61). Para o poeta paulistano, o belo e a arte são a descendência que perpetua e enaltece o ócio. Nos dez livros que compõem *Poesias completas*, que apresentam diferentes temáticas, a preguiça é uma imagem constante, é ela que traduz o ritmo do brasileiro. É nesse sentido que se pode afirmar que, nas poesias de Mário de Andrade, preguiça rima com calma, com prazer adâmico, com o ritmo natural da existência. O poema “Rondó das Tardanças” é um exemplo:

RONDÓ DAS TARDANÇAS

– “Volte amanhã”.

Como tarda a desincorporação!

Não tem mais formaturas,

Não tem mais acelerados...

CALMARIA

Desejo de tempestades

Adoece meus membros parados.

Quero ir de novo pro batuque público da vida!

Que engraçado!

Também quando trato dos meus negócios com a vida

Ela sempre me diz com o ar distraído dela:

– “Volte amanhã”⁵.

⁵ ANDRADE, Mário de. *Poesias completas*. Edição crítica de Dilécia Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993. p. 154.

No artigo, “A Divina Preguiça”, Mário de Andrade faz um contraponto entre a preguiça condenada pelo cristianismo como vício, a preguiça pagã produtiva da arte grega e a preguiça libertária dos nossos índios brasileiros, que viam na ociosidade da morte uma possibilidade de liberdade, visto que se metamorfoseavam em elementos da natureza. Ao final de sua longa trajetória, Macunaíma observa: “– Qual o quê!... Quando urubu está de caipora o de baixo caga no de cima, este mundo não tem jeito mais e vou pro céu.” Mas Macunaíma não queria “virar” pedra, queria mesmo era ser o “brilho inútil das estrelas”, uma bela metáfora para a arte, por isso Macunaíma é a Ursa Maior.

A relação entre preguiça e cristianismo, observada pelo escritor no referido artigo, também foi tema de discussão para muito estudiosos. Carla Casagrande, por exemplo, observou que no curso da segunda metade do século XIII, Tomás de Aquino escreve em sua *Súmula Teológica* que o laser, o jogo e tudo o que está ligado semanticamente com repouso são coisas prazerosas pois elas eliminam a tristeza que deriva da fadiga⁶. O céu poético marioandradino incorpora essa necessidade de repouso prazeroso, mas vai adiante, em “Lenda do Céu”, o trabalho é inexistente e incompatível com a vida celeste:

LENDA DO CÉU

Andorinha, andorinha,
Andorinha avoou,
Andorinha caiu,
Curumim a pegou.

[...]

O menino malvado
Taperá machucou.
E já morre morrendo
A coitada falou:

– Piá, não me maltrata não...
Eu levo você pro céu...
E nunca ninguém não cansa
De ver as coisas do céu...

⁶ Cf. CASAGRANDE, Carla. “Thomas d’Aquin et la nécessité du plaisant repos”. In: *Magazine Littéraire*, Paris, n. 433, p. 50, juillet-août 2004.

É um sítio bonito mesmo
Beiradeando o trem-de-ferro,
Lá você acha sua gente
Que faz muito que morreu.
Assegura em minhas pernas,
Vamos embora com Deus...

Andorinha, andorinha,
Andorinha avoou,
Foi subindo pro céu,
Curumim carregou.
- Assegura bem, menino,
Não olha pra baixo não.
Não tem sodade do mundo
Que o mundo é só perdição.

E avoando avoando
Afinal se chegou.
Andorinha desceu.
Curumim apeou

Abriu os olhos e viu.
Era o céu... ôh boniteza!
Tinha espingarda gangorra
Estilingue... Tinha bichos
E tinha tantas surpresas
Que era mesmo um desperdício.

[...]

O curumim caminhava
Seguindo os postes da linha,
Lá pelo varjão se ouvia
Duma fordeca a chispada,
E no meio-dia quente
Amulegando maneiro
Um aboio tão chorado
Que acuava no corpo doce
O sono do brasileiro.

[...]

No galpão um homem comprido
Duma quente morenez,
Com a pele bem sapecada
Pelo Sol deste país,
Gemia numa sanfona
Uma mazurca tão linda
Que se parava um bocado
O ouvido cantava ainda.

O menino olhou pro homem
E gritou: - B'as tarde, tio!
- Meu sobrinho, entra no rancho,
Nossa gente já está aí.

E o piá se rindo matava
Saudades do coração.
Tomava a benção da mãe,
Do pai, abraçava o irmão,
Afinal topou com o primo
Que era unha-e-carne com ele
E comovidos os dois,
Os dois se deram a mão.
E foram brincar pra sempre
Pelos pagos abençoados
Do meio-dia do céu.

No céu sempre é meio dia...
Não tem noite, não tem doença
E nem outra malvadez...
A gente vive brincando...
E não se morre outra vez.

Apesar de a preguiça ser considerada um dos sete pecados capitais, o céu do piá acolhe não só um menino mau, que ameaçava a andorinha de morte, como é um lugar de prazeres onde o trabalho inexistente. Esse céu que reforça a idéia de um ócio produtivo, na concepção de Mário de Andrade, é bem diferente daquele do *Speculum morale* do século XIV. Este último apresenta imagens que buscam provar que o trabalho sempre esteve ligado aos personagens celestes. Deus que só descansou no sétimo dia, depois de ter trabalhado durante seis dias seguidos; o Cristo, que até o dia de sua morte pregou, realizou milagres, visitou pessoas e cidades levando a mensagem de seu Pai; a Virgem Maria, que jamais é representada em situação de descanso, acompanhava seu filho em suas pregações; os anjos que não param de louvar a Deus;

os santos que não repousam na invocação do Senhor; os patriarcas, Adão, Abraão e Noé, assim como os apóstolos, trabalharam muito. Mas o céu do piá é mais humanizado, acolhe a todos e inverte o ritmo e os valores, pois assim como a “malvadez” do menino não tinha mais espaço ali, o trabalho só entraria na ordem do mínimo esforço para a sobrevivência. A lei do céu marioandradino é a do prazer, da convivência, do encontro, da música.

Com as palavras que Mário de Andrade finalizou seu discurso, em “A Divina Preguiça”, encerro aqui essa homenagem a esse artista genial da cultura brasileira, conclamando: “Forçoso é continuar, para que o idealismo floresça e as ilusões fecundem a castigar os que se aviltam no ‘far niente’ burguês e vicioso e a exaltar os que compreendem e sublimam as artes, no convívio da divina Preguiça!”

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário de. “A Divina Preguiça”. In: *Gazeta de São Paulo*, 3 set. 1918.
- _____. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 30. ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Villa Rica, 1997.
- _____. *Poesias completas*. Edição crítica de Diléia Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993.
- CASAGRANDE, Carla. “Thomas d’Aquin et la nécessité du plaisant repos”. In: *Magazine Littéraire: Éloge de la paresse*, Paris, n. 433, p. 50-52, juillet-août 2004.
- PAQUOT, Thierry. “Paul Lafargue: défense de travailler”. In: *Magazine Littéraire: Éloge de la paresse*, Paris, n. 433, p. 43-45, juillet-août 2004.
- ROUDAUT, Jean. “Baudelaire: la poésie comme paresse active”. In: *Magazine Littéraire: Éloge de la paresse*, Paris, n. 433, p. 61-62, juillet-août 2004.